

BOLETIM 111

Brasília, 28 de abril de 2016

FST vai apresentar propostas dos trabalhadores ao vice-presidente

Reunido em Brasília na última terça-feira (*foto*), em Brasília, o Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), coordenado pelo companheiro Lourenço Prado, presidente da CONTEC, e integrado pelas confederações nacionais de trabalhadores, decidiu solicitar uma reunião com o vice-presidente da República para, entre outros assuntos, apresentar algumas reivindicações do movimento sindical brasileiro.

Entre essas reivindicações, destaca-se a luta contra a flexibilização de direitos, o que significa não aceitar o projeto que introduz a prevalência do negociado sobre o legislado. “Pretendemos dizer ao vice-presidente, que pode se tornar presidente nos próximos dias, que as organizações sindicais de nosso país não vão aceitar qualquer proposta que represente riscos aos seus direitos e conquistas”, afirmou Francisco Chagas Costa – Mazinho, presidente da CONTRICOM, que participou do encontro.

Outro ponto a ser defendido pelo FST é a rejeição de qualquer proposta de reforma previdenciária que venha aviltar ainda mais as aposentadorias. Para os dirigentes sindicais, os ganhos dos benefícios da previdência devem



Mazinho, primeiro à direita, ladeado por Lourenço Prado, da CONTEC, e Artur Bueno de Camargo, da CNTA, durante reunião do FST em Brasília

continuar sendo corrigidos de acordo com o salário-mínimo.

O FST pretende encaminhar uma proposta ao vice-presidente relacionada ao combate às práticas antissindiais que ainda existem nas relações de trabalho. Mazinho, na reunião, propôs, ainda, que as confederações nacionais de trabalhadores assumam “um papel protagonista no movimento sindical brasileiro, tanto na defesa dos interesses gerais dos trabalhadores, como nos específicos, quando cada confederação da área assumiria esse papel”.

O FST deliberou, ainda, a criação de uma secretaria para dar sustentabilidade às atividades do órgão, bem como estimular uma política de organização dos fóruns estaduais ou regionais de trabalhadores, e discutiu a questão relacionada à regulamentação da profissão de motoristas.

Uma nova reunião do Fórum foi marcada para o próximo dia 4 de maio, também em Brasília.

Fonte: COMUNICAÇÃO CONTRICOM

Comissão ouve nesta quinta autores do pedido de impeachment

A Comissão Especial do Impeachment (*foto*) ouvirá na quinta-feira (28), às 16h, os autores do pedido de impedimento da presidente Dilma Rousseff: os juristas Miguel Reale Jr., Janaina Paschoal e Hélio Bicudo. Na sexta-feira (29), às 9h, será a vez de o governo se defender. Para isso, foram escalados o advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, e o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa. Na reunião desta quarta-feira (27) a comissão definiu os nomes dos especialistas que irão ao colegiado para apresentarem seus argumentos contra e a favor do impedimento da presidente Dilma Rousseff.

Conforme os requerimentos aprovados, para o dia 2 de maio, a pedido dos opositores, estão convidados o procurador Júlio Marcelo de Oliveira, do Ministério Público do Tribunal de Contas, o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Velloso e o professor de Direito José Maurício Conti. A reunião será às 10h30.

Por sugestão dos governistas, serão ouvidos no dia 3 de maio os professores Geraldo Luiz Mascarenhas Prado e Ricardo Lodi Ribeiro, além do ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Marcello Lavenère.

Com isso, a comissão fechou seu calendário de atuação até o dia 6 de maio, data prevista para votação do relatório do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG).



Banco do Brasil - Sob protestos de alguns senadores, os líderes governistas conseguiram aprovar a inclusão de um representante do Banco do Brasil entre os nomes dos convidados. A questão levantou polêmica na reunião.

Os senadores Alvaro Dias (PV-PR) e Ronaldo Caiado (DEM-GO) não concordaram com a iniciativa.

Os senadores Lindbergh Farias (PT-RJ) e Gleisi Hoffmann (PT-PR) rebateram o argumento e perguntaram por que os opositores se oporiam a ouvir um representante do banco estatal.

Fonte: Agência SENADO

Focus prevê queda do PIB maior que 2015

Os representantes do mercado financeiro consultados para a elaboração do boletim semanal Focus, do Banco Central (BC), esperam para este ano uma retração de 3,88% no PIB (Produto Interno Bruto), o que já supera o desastre de todo

o ano de 2015, quando a economia encolheu 3,8% em 12 meses.

Divulgada recentemente, a previsão é a décima quarta pior seguida do indicador. Se a tendência se estender considerando que ainda estamos no quarto mês do ano, será a primeira vez que o PIB do país recua por dois anos seguidos, conforme a série oficial do IBGE, iniciada em 1948. O resultado de 2015 já foi o pior em 26 anos.

Segundo o Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br), considerado uma prévia do PIB, houve queda de 0,29% na atividade econômica do país apenas em fevereiro deste ano na comparação com o mês anterior, após ajuste sazonal. O número foi divulgado na sexta-feira (22).

Na comparação com fevereiro de 2015, o tombo apurado foi de 4,54% e, nos 12 meses encerrados em fevereiro deste ano, de 4,75%.

De acordo com o BC, foi o décimo quarto mês seguido de contração na prévia (no confronto mês sobre mês imediatamente anterior). O último mês em que o PIB registrou aumento foi em dezembro de 2014 (alta de 0,54%).

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Governo programa novos aumentos na conta de luz de consumidores em 17

O governo decidiu transferir a responsabilidade do pagamento de indenizações devidas às empresas do setor elétrico aos consumidores. Ou seja, para cobrir o suposto prejuízo, teremos novos aumentos na conta de luz a partir de 2017. Segundo o governo, as



indenizações bilionárias devidas às empresas de transmissão de energia serão pagas pelos consumidores, via novas taxas na conta de luz, de 2017 até 2024. O anúncio vem na contramão da propaganda do governo do fim da cobrança de taxas adicionais de bandeira para “contribuir com a retomada do crescimento econômico e gerar mais oportunidades de emprego”.

O impasse começou em 2012, quando o governo federal anunciou um pacote de medidas para reduzir a conta de luz, que foi bem vinda, pois o Brasil tem uma das contas de energia mais caras do mundo. O problema é que a proposta do governo na realidade espremia as empresas geradoras (empresas públicas, empresas estatais, federais ou estaduais), fixando preços pequenos para as cotas vendidas para as distribuidoras de energia, em sua maioria privatizadas, em troca de uma queda aproximada de 20% nas faturas, sem garantia de duração.

Nesse pacote também havia uma alteração do acordo com as transmissoras, que previa



indenizações sobre investimentos não amortizados realizados a partir de maio de 2000. Mas, para as empresas que fechassem o acordo de renovar antecipadamente, para reduzir o valor das contas, o governo aceitou indenizar também os investimentos realizados antes dessa data. E é exatamente esta parcela que o governo federal quer pagar criando mais tarifas, ou seja, o que quer que o consumidor pague o preço da redução momentânea de 2013, pior, em um momento em que a crise pune dolorosamente a população, e que o desemprego atinge a maior taxa de sua série histórica.

A definição sobre as novas tarifas foi publicada pelo Ministério de Minas e Energia no Diário Oficial da última sexta-feira (22). Ainda há um impasse porque as companhias acreditam ter cerca de R\$ 25 bilhões para receber, enquanto o governo quer liberar a cobrança de R\$ 16 bilhões, que deve ser resolvido pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Embora o governo afirme que a tarifa causará um impacto pequeno nas contas dos consumidores, a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace) afirma que aumento deve ser grande, quando somado à revisão periódica para todo o setor, que a Aneel prevê aprovar no início do segundo semestre.

A Abrace acredita que o aumento total chegará a 43%. “São valores muito altos que estão sendo discutidos e não há qualquer transparência em relação a isso. É uma má notícia para a indústria e para os consumidores residenciais. Ela vem em um momento de baixa confiança em que esperamos boas soluções”, afirma Paulo Pedrosa, presidente da entidade.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Construtora não calculou ‘força da onda’ em obra da ciclovia no Rio

Segundo os engenheiros houve falha na concepção do projeto. Queda da ciclovia matou duas pessoas

A queda de um ‘tabuleiro’ da ciclovia Tim Maia, construída pelo grupo Concremat em paralelo à Avenida Niemeyer, no Rio de Janeiro, expôs uma série de irregularidades que vão desde falhas no projeto, que não considerou a possibilidade da via beira mar ser atingida por ondas em uma ressaca, à transferência das responsabilidades da Prefeitura para a própria empresa, que projetou, construiu e foi a responsável pela fiscalização das obras da ciclovia.

A tragédia da ciclovia Tim Maia, que desabou no fim da manhã da última quinta e provocou a morte de duas pessoas que caminhavam na via no momento da queda: Eduardo Marinho de Albuquerque, 54, e Ronaldo Severino da Silva, 60.

O engenheiro civil e conselheiro do Crea-RJ, Antônio Eulálio, declarou que acredita que houve “uma falha de projeto” da ciclovia.

“O problema é que não foi previsto no projeto essa força excepcional porque a onda levantou a ponte. Acho que foi uma falha de projeto. Só tem uma viga central praticamente, então, não tem resistência para o momento. São dois apoios, ele não conseguiu suportar esse esforço de rotação, devido a onda que bateu. Foi falha de concepção do projeto”, afirmou o



engenheiro civil e conselheiro do Crea-RJ. “Não foi previsto no projeto, deveria ter sido”.

Ele acrescentou que “os autores do projeto vão ser chamados para terem direito à defesa” para que sejam aplicadas as medidas cabíveis. E acrescentou ainda que pode ocorrer a “até a cassação do registro”.

Segundo o divulgou o Clube de Engenharia, o problema é um velho conhecido da engenharia nacional: obras feitas sem projeto executivo e estudos pormenorizados. De acordo com o conselheiro Manoel Lapa, engenheiro civil especializado em estruturas, “faltaram estudos mais minuciosos que indicariam a possibilidade de eventos semelhantes em dias de ressaca como hoje. É, provavelmente, mais uma obra feita na correria e que não se levou em conta a ação das ondas”, destaca.

Dos 54 contratos realizados, desde que a gestão do Prefeito Eduardo Paes (PMDB) teve início, em 2009, 25 (46,3%) foram firmados em caráter emergencial, de acordo com o portal Rio Transparente, da prefeitura. Os contratos ‘emergenciais’ representam 30% do lucro da empresa com o município, no valor de R\$ 409,3 milhões.

De 2009 até agora, a empresa multiplicou por 18 o valor de contratos assinados com a Prefeitura do Rio. Entre 2000 e 2008, as empresas do grupo assinaram 16 contratos com o município. Os acordos somavam R\$ 24,8 milhões, em valores corrigidos pela inflação.

A Contemat e a Concrejat pertencem à família do secretário municipal de Turismo do Rio, Antônio Pedro Figueira de Melo. Ele é um dos principais auxiliares do prefeito Eduardo Paes (PMDB). Melo foi o tesoureiro da campanha do peemedebista nas duas últimas eleições municipais.

O grupo responsável pela obra foi fundado por Mauro Ribeiro Viegas, avô de Antônio Pedro Melo. Atualmente as sete empresas são presididas pelo tio do secretário, Mauro Ribeiro Viegas Filho.

A Concremat foi citada na operação Vidas Secas da Polícia Federal, um desdobramento da Lava Jato deflagrada em dezembro. Ela é uma das responsáveis pelo gerenciamento das obras de transposição do Rio São Francisco.

A PF suspeita que empresa foi conivente com o superfaturamento investigado na obra. A operação, que prendeu executivos da OAS e Galvão Engenharia, também cumpriu mandados de busca e apreensão na filial do Recife da Concremat.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Anatel diz que irá recuar da limitação da internet residencial

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) cedeu à pressão popular e decidiu um



proibir, por tempo indeterminado, a limitação de franquias a internet banda larga fixa no país.

Em comunicado, a Agência afirmou que “até a conclusão desse processo, sem prazo determinado, as prestadoras continuarão proibidas de reduzir a velocidade, suspender o serviço ou cobrar pelo tráfego excedente nos casos em que os consumidores utilizarem toda a franquia contratada, ainda que tais ações estejam previstas em contrato de adesão ou plano de serviço”.

No último dia 18, o presidente da Anatel, João Rezende, alegou, em coletiva de imprensa, que “a era da internet ilimitada acabou” e que “essa questão do ‘infinito’ acabou educando mal o usuário”. As afirmações revoltaram os usuários, que reforçaram ainda mais os abaixo assinados contra a limitação da rede, e colocaram várias vezes na semana a hashtag #ImpeachmentdaAnatel no assunto mais comentado do twitter.

Na semana passada o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Claudio Lamachia, afirmou ser “inaceitável que uma entidade pública destinada a defender os consumidores opte por normatizar meios para que as empresas os prejudiquem”.

Depois do novo posicionamento da Anatel, o Movimento Internet Sem Limites, afirmou em sua página que vai manter nossos olhos abertos sobre a Anatel e as empresas que ela supostamente regula, para garantir “o único desfecho aceitável: a internet justa, que é a internet sem limites”. O episódio escancarou que a Anatel não regula as operadoras, mas trabalha para elas.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Fiat suspende três linhas de montagem em MG e ameaça demitir 19 mil

A montadora italiana Fiat paralisou, na segunda-feira, 25, em Minas Gerais, três linhas de montagem da fábrica de Betim, colocando a maior parte do contingente dos trabalhadores da unidade em férias coletivas por 10 dias.

Esta é a terceira vez neste ano que a Fiat decreta férias coletivas na unidade sob a alegação de que precisa “adaptar seu ritmo de produção a uma demanda que não se recupera”.

A direção da Fiat não informou quantos trabalhadores serão afastados da fábrica nesta nova interrupção. Atualmente a empresa conta com cerca de 19 mil funcionários em Betim.

Segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos (Anfavea), entidade patronal, a indústria automobilística está entre os setores que mais fechou postos de trabalho. De acordo com as empresas, a força de trabalho caiu 17,4%, desde o fim de 2014 até o mês passado.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)